



Ministério dos Negócios
Estrangeiros norueguês

Sumário

Meld. St. 22 (2016–2017) Relatório para a Storting (Assembleia Nacional)
(Livro Branco)

O lugar dos oceanos na política externa e de desenvolvimento da Noruega



A política externa norueguesa deve ser concebida para apoiar o futuro desenvolvimento de indústrias oceânicas sustentáveis e promover boas soluções e ações para combater as graves ameaças ambientais que os oceanos enfrentam.

O mundo necessita de países que estejam dispostos a tomar a liderança na tarefa de proteger os oceanos e de assegurar que os recursos são usados de forma sustentável. O governo quer que a Noruega esteja na vanguarda dos esforços internacionais de forma a promover o uso sustentável e a criação de valores, isto para assegurar que temos oceanos limpos e saudáveis e para apoiar a economia azul em países em desenvolvimento.

Conteúdos

1	Introdução	5
2	Sumário	9
2.1	Interesses oceânicos da Noruega num contexto internacional	9
2.2	O enquadramento para os interesses oceânicos da Noruega	11
2.3	Áreas prioritárias para a Noruega	13

Tradução do norueguês. Apenas a título informativo.

1 Introdução

Esta é a primeira vez que um governo norueguês apresenta um Livro Branco sobre o lugar dos mares e oceanos na política externa e de desenvolvimento do país. O seu objetivo é o de realçar as oportunidades que os oceanos oferecem à Noruega, os desafios que teremos de enfrentar e explicar como é que a política externa e de desenvolvimento norueguesa poderá ser usada para salvaguardar os interesses oceânicos da Noruega e promover a realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.

A Noruega tem uma variedade de interesses nacionais vitais relacionados com os mares e os oceanos. Mais de 80% da população da Noruega vive a menos de 20 quilómetros da costa. Isto é um fator chave que moldou a identidade norueguesa e influenciou o modo como a Noruega é vista pelos outros. Desde a Era Viking, as águas costeiras uniram várias partes do país e reuniram-nas num só reino, tendo os mares ligado a Noruega ao resto do mundo.

Os oceanos não são só cruciais para a nossa compreensão do passado, também são fundamentais para o futuro, isto na Noruega como no resto do mundo. O governo norueguês está a promover ativamente uma transição para uma economia norueguesa mais verde. Se quisermos ter sucesso, deveremos salvaguardar a biodiversidade para as gerações presentes e futuras. Simultaneamente, deveremos aproveitar ao máximo as possibilidades de desenvolvimento económico em áreas marítimas e promover padrões de produção e consumo que tenham menos impacto negativo no clima e no ambiente marinho do que é atualmente verificado. A importância desta questão ficou clara em 2015 quando os líderes mundiais adotaram os 17 ODS; incluindo um especialmente relacionado com os oceanos: ODS 14, cujo objetivo é o de conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e recursos marinhos para um desenvolvimento sustentável.

Os oceanos oferecem um potencial enorme para o desenvolvimento humano. Segundo a ONU, a população mundial deverá atingir os 9,7 mil milhões em 2050. A maior parte do crescimento será em países em desenvolvimento, especialmente em África e na Ásia.

Todas estas pessoas necessitarão de alimentos e de energia e o crescimento populacional impulsionará uma expansão do transporte comercial e marítimo. O transporte marítimo tem um papel fundamental na promoção do comércio e do crescimento globais.

Contudo, também há a preocupação com o estado dos oceanos. O crescimento populacional, a urbanização e a concentração de atividade humana em áreas costeiras aumentará a pressão nos oceanos. As alterações climáticas, a poluição, o lixo marinho, a sobrepesca e a destruição dos ecossistemas costeiros são ameaças para os oceanos.

As tendências de desenvolvimento global indicam que a Noruega, como nação costeira e marítima, enfrentará um conjunto complexo de desafios e de oportunidades nas próximas décadas. As escolhas que fazemos e as prioridades que definimos, terão implicações importantes nas nossas relações com o resto do mundo e na nossa capacidade para explorar o potencial dos oceanos.

A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, frequentemente referida como “constituição dos oceanos”, é de importância fundamental neste contexto. Tal como a constituição de um país assegura a previsibilidade e a estabilidade a nível nacional, o Direito do Mar promove a cooperação internacional e a conservação pacíficas e o uso sustentável dos oceanos. A convenção regula os direitos e as obrigações dos estados no que respeita ao uso dos mares e dos oceanos, a utilização de recursos marinhos e a conservação do ambiente marinho. Esta questão assegura um enquadramento e uma estabilidade previsíveis para investimentos e atividade económica. A convenção é vital para a Noruega que tem fortes interesses ambientais, energéticos, produtos do mar e transporte marítimo. Junto com outros instrumentos legais internacionais, esta fornece o enquadramento legal para a cooperação da Noruega com outros países sobre a conservação e o uso sustentável dos oceanos e dos recursos marinhos a nível global, regional e bilateral.

Existe um potencial considerável para o crescimento em muitos setores da economia oceânica, incluindo a indústria de produtos do mar, biotecnologia marinha, energia (renovável e não renovável), mineração no fundo do mar, transporte comercial e marítimo, turismo costeiro e marítimo e vigilância marítima. Em conjunto, estes setores constituem a economia do oceano ou “azul”. Políticas e ferramentas para promover o desenvolvimento económico e reduzir a pobreza deverão ter em consideração os limites ecológicos e as alterações climáticas, assegurando uma abordagem integrada a diferentes tipos de atividades e pressões ambientais. Assegurar o uso sustentável é uma prioridade para a Noruega e vital para as atividades oceânicas na Noruega e no mundo em geral. O crescimento da economia azul poderá incluir ambas as etapas para melhorar o desempenho ambiental das indústrias existentes, por exemplo, implementando novas tecnologias e promovendo o desenvolvimento de novas indústrias oceânicas que tenham pouco impacto ambiental.

Os ODS fornecem um enquadramento global para que os esforços comunitários internacionais promovam o desenvolvimento de forma a satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades. O ODS 14 exige que incluamos os oceanos neste esforço global concertado. Atingir o ODS 14 é importante por si só e terá também efeitos cascata noutras áreas estrategicamente importantes que são vitais para a paz, a estabilidade e a segurança. Com a sua extensa experiência e conhecimento de atividades oceânicas, a Noruega está bem posicionada para dar uma importante contribuição nesta área.

Este Livro Branco deixa bem claro que os oceanos são uma área central na política externa e de desenvolvimento norueguesa e realça três áreas prioritárias: uso sustentável e criação de valor, oceanos limpos e saudáveis e o papel da economia azul na política de desenvolvimento. Juntamente com a estratégia oceânica do governo, com os planos de gestão integrada para as áreas marítimas norueguesas e com outros documentos políticos importantes, o Livro Branco promoverá uma abordagem norueguesa às questões oceânicas de forma clara e integrada.

2 Sumário

2.1 Interesses oceânicos da Noruega num contexto internacional

Os interesses oceânicos da Noruega estão relacionados com a criação de valor, com o meio ambiente, com as alterações climáticas e com o uso sustentável de recursos. A gestão integrada a longo prazo de recursos naturais e do ambiente marinho é crucial para garantir os meios de subsistência das gerações presentes e futuras. Devemos olhar para os oceanos de forma a encontrarmos soluções para muitos desafios futuros e teremos de cooperar de perto, a nível internacional, se pretendermos ser capazes de explorar o potencial dos oceanos ao máximo. A OCDE calculou que muitas indústrias oceânicas têm potencial para superar o crescimento da economia global como um todo até 2030. Um nível alto de crescimento só será possível se os oceanos forem geridos de forma sustentável.

A Noruega está numa forte posição para promover os seus interesses oceânicos, partilhar conhecimentos e contribuir para o desenvolvimento global que está em linha com os ODS. A experiência da Noruega em gestão marinha sustentável, deu-nos conhecimentos valiosos que poderemos usar nos nossos esforços internacionais para defesa do desenvolvimento que gere crescimento através da proteção do ambiente marinho e não em seu detrimento. Salvar os interesses oceânicos da Noruega também implica cooperar com outros países na resolução de problemas climáticos e ambientais.

A política oceânica internacional está a ser fortemente influenciada pela passagem de poder de Oeste para Este e, em parte, para Sul. As mudanças geopolíticas e os interesses de países emergentes afetarão a cooperação oceânica internacional e as opções à disposição da Noruega.



Figure 2.1 O transporte marítimo internacional desempenha um papel essencial na facilitação do comércio mundial.

Foto: Solvang ASA.

Os problemas globais incluem a sobrepesca, a poluição, o lixo marinho, a acidificação dos oceanos, o aquecimento global e a perda de diversidade biológica. O governo considera vital promover o uso sustentável de recursos marinhos e que o uso e a conservação não necessitem de ser incompatíveis.

Há uma necessidade urgente de mais conhecimento sobre os oceanos. Algumas questões de governação dos oceanos são globais por natureza e exigem soluções globais, enquanto muitas delas podem ser resolvidas de melhor forma a nível regional. O governo está a trabalhar ativamente para promover os interesses oceânicos da Noruega em campos multilaterais, regionais e bilaterais. Existe potencial considerável para o crescimento azul em muitos países em desenvolvimento, sendo o conhecimento, a competência e a experiência de países como a Noruega muito requisi-

tados. Partilhar a experiência e o conhecimento obtidos pelo seu sistema de planos de gestão marinha integrada é uma importante via pela qual a Noruega poderá contribuir para a gestão marinha internacional.

A política oceânica é uma área prioritária para países influentes em todos os locais do mundo, proporcionando à Noruega, a longo prazo, importantes oportunidades para a cooperação com outros países. O governo lançará o diálogo sobre assuntos oceânicos com países relevantes, perspetivando a troca de experiência, conhecimento e cooperação sobre medidas para promover oceanos limpos e saudáveis, o uso sustentável de recursos marinhos e o crescimento da economia azul.

Os interesses oceânicos da Noruega no Ártico estão relacionados com a utilização de recursos e com a sua gestão de modo a assegurar uma boa situação ecológica e salvaguarda da preciosa biodiversidade e base para a futura recolha e uso de recursos. O Ártico é a principal prioridade da política externa da Noruega. Existem oportunidades crescentes para o desenvolvimento industrial em setores tais como produtos do mar, petróleo e gás. Contudo, o aquecimento global está a provocar rápidas mudanças nas áreas marítimas do Ártico. O governo está a dar grande prioridade ao desenvolvimento de conhecimento sobre questões relacionadas com os mares do Ártico. O governo, em concertação com a comunidade académica, a administração pública e o setor comercial, considera estabelecer um centro de perícia sobre o oceano e as questões do Ártico em Tromsø.

Na Antártida e na parte sul do Oceano Atlântico, os interesses oceânicos da Noruega estão relacionados com a conservação de ecossistemas marinhos únicos, pesquisa e recolha responsável de recursos marinhos vivos.

2.2 O enquadramento para os interesses oceânicos da Noruega

Nenhuma nação poderá resolver os problemas oceânicos sozinha. São essenciais bons mecanismos de cooperação, quer a nível global quer a nível regional. De modo a ser capaz de promover os seus interesses oceânicos, a Noruega está dependente do respeito pela Convenção da ONU sobre o Direito do Mar, organizações internacionais eficazes, mares

e oceanos seguros. De diferentes maneiras, estes três fatores influenciam as opções e as oportunidades à disposição da Noruega.

A Noruega tem um interesse central no fortalecimento e futuro desenvolvimento do Direito do Mar. A Convenção fornece o enquadramento legal para toda a atividade humana nos oceanos. Os princípios definidos na convenção sobre a obrigação de proteger e preservar o ambiente marinho, o direito de explorar recursos naturais e a sua abordagem regional à gestão marinha são particularmente importantes.

A Noruega coopera com parceiros multilaterais, regionais e bilaterais na governação oceânica internacional. Diversas organizações e formas de cooperação foram definidas para promover a cooperação internacional e regular atividades em diferentes áreas. A coordenação e a cooperação entre instituições internacionais são necessárias se quisermos ter sucesso na gestão dos desafios oceânicos.

A ONU é o fórum mais importante para desenvolver normas internacionais e, em grande parte, determina o enquadramento global para as atividades oceânicas. Além disso, diversas agências da ONU e organizações multilaterais e regionais têm a responsabilidade e o mandato para tratar de questões marinhas e marítimas. Algumas delas, como a Organização Marítima Internacional, a Comissão Baleeira Internacional e a Comissão de Pescas do Atlântico Nordeste, concentram-se principalmente nestas questões. Outras, tais como a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), têm também várias outras áreas de concentração.

A Noruega e a União Europeia (UE) mantêm um contato estreito e colaboração em muitos níveis no que refere a assuntos marítimos e oceânicos. A maior parte das exportações das indústrias oceânicas norueguesas vão para países na UE. A UE considera os oceanos como um condutor da economia europeia, com grande potencial para a inovação e para o crescimento. Em 2016, a UE apresentou uma comunicação conjunta sobre a governação internacional dos oceanos e, mais tarde, em 2017, receberá a quarta Conferência Oceânica (Our Ocean Conference). A UE é um parceiro fundamental para a Noruega em muitas áreas oceânicas, quer a nível global quer a nível regional.

Mares e oceanos seguros são um pré-requisito para promover os interesses oceânicos da Noruega. O governo considera crucial prosseguir

uma política de segurança que salvaguarde os interesses da Noruega no mar. Acordos sobre a delimitação marítima e o respeito pelo Direito do Mar são fundamentais para a cooperação pacífica no futuro. As Forças Armadas Norueguesas têm a principal responsabilidade no exercício da autoridade norueguesa no mar; e a Guarda Costeira mantém uma presença nas águas norueguesas ao longo do ano para salvaguardar os nossos interesses.

A UE adotou a sua estratégia de segurança marítima em 2014. O seu objetivo é o de assegurar que os mares e os oceanos permaneçam abertos e seguros para promover o desenvolvimento económico, o livre comércio, o transporte, a segurança de energia e o turismo, destacando que as ameaças de segurança marítima devem ser tratadas de acordo com o Direito do Mar. A cooperação estreita entre a NATO e a UE sobre a segurança marítima, beneficia a Noruega.

Condições seguras e fiáveis para todo o transporte marítimo são vitais para a Noruega como grande nação de transporte marítimo. O tráfico de seres humanos é um grande desafio. As operações marítimas no Mediterrâneo desempenham um papel fundamental no controle da fronteira externa de Schengen, no combate ao tráfico de seres humanos e o tratamento a ter com a circulação de refugiados e migrantes. Vários tipos de crime ambiental organizado ocorrem no mar ou usam os oceanos como rota de transporte. O governo está a pedir uma abordagem abrangente que considere crimes ambientais em conjunto com outras formas de crime organizado, tais como crimes de pesca.

Os impactos das alterações climáticas nos oceanos podem exacerbar as ameaças de segurança global e regional. O aumento dos níveis do mar e as mudanças na distribuição de importantes reservas de peixe, são fatores que podem piorar a situação de segurança em países e regiões frágeis.

2.3 Áreas prioritárias para a Noruega

A política externa norueguesa deve ser concebida para apoiar o futuro desenvolvimento de indústrias oceânicas sustentáveis e promover boas soluções e ações para combater as graves ameaças ambientais que os oceanos enfrentam. É do interesse da Noruega apoiar esforços para prom-

over o crescimento sustentável da economia azul em países em desenvolvimento.

O mundo necessita de países que estejam dispostos a tomar a liderança na tarefa de proteger os oceanos e de assegurar que os recursos são usados de forma sustentável. O governo quer que a Noruega esteja na vanguarda dos esforços internacionais para promover o uso sustentável e a criação de valor, de forma a assegurar que temos oceanos limpos e saudáveis e para apoiar a economia azul em países em desenvolvimento.

2.3.1 Uso sustentável e criação de valor

As suas extensas áreas marítimas ricas em recursos indicam que a Noruega está bem posicionada para beneficiar do crescimento global antecipado na economia azul. O governo tem grandes ambições no que respeita à criação de valor nas indústrias oceânicas norueguesas, conforme descrito na sua estratégia oceânica apresentada em fevereiro de 2017. Promover o uso responsável de recursos marinhos e o crescimento azul, poderá também ser um meio de assegurar o progresso para vários dos outros ODS.

As tradicionais indústrias oceânicas norueguesas – o setor de petróleo e gás, a indústria marítima e a indústria de produtos do mar – estão altamente internacionalizadas. O setor de petróleo e gás destaca-se em termos da sua contribuição para o PIB, valor de exportação e número de pessoas que emprega. Dado o aumento esperado na procura de energia, o setor continuará a desempenhar um papel importante por muitos anos. A Agência Internacional de Energia é um importante campo para promover os interesses e perspectivas da política externa norueguesa.

O transporte marítimo é vital para o comércio mundial e o acesso a mercados globais, sendo um fator importante para atingir o desenvolvimento sustentável. A Noruega é a décima maior nação de transporte marítimo do mundo em termos de tonelagem e a sexta maior do mundo em termos de valor. O governo está a promover a implementação e o apoio de regras de transporte marítimo global, desenvolvimento de transporte marítimo mais amigo do ambiente, medidas para combater a pirataria, segurança marítima e implementação do Código Polar obrigatório para navios a operar em águas polares.

A indústria norueguesa de produtos do mar cresceu consideravelmente nos últimos anos. O governo está a trabalhar para a gestão sus-



Figure 2.2 A Noruega é o maior produtor mundial de peixe de cultura no mar. A foto mostra gaiolas de rede utilizadas para a produção de salmão.

Foto: Seafood Norway.

tentável de recursos marinhos vivos, baseando-se na melhor prova científica disponível e numa abordagem do ecossistema. A aquicultura é agora a maior indústria no setor de produtos do mar norueguês, sendo o valor da exportação de produtos de aquicultura superior ao da exportação de pescas de captura. A Noruega coopera estreitamente com países vizinhos na gestão e recolha de muitas das nossas mais importantes reservas de peixe. Embora as reservas de peixe nas áreas marítimas norueguesas sejam exploradas a níveis sustentáveis, a situação à escala global é bem menos positiva. De acordo com a FAO, cerca de 31% das reservas de peixe comercialmente importantes do mundo são alvo de sobrepesca. Há muitos anos, a Noruega tem estado fortemente empenhada na cooperação internacional para promover a gestão de pescas sustentáveis. O governo está a pedir que seja dada uma prioridade mais alta às pescas e à aquicultura no esforço para melhorar a segurança alimentar global e para que

a FAO seja o campo principal para a política de desenvolvimento relativa à segurança alimentar global, à nutrição e ao direito à alimentação.

Muitas indústrias oceânicas diferentes poderiam potencialmente dar uma importante contribuição à criação de valor na Noruega e noutros países. Estas incluem energia renovável ao largo da costa e mineração no fundo do mar que poderiam ser importantes a longo prazo. O setor de aquacultura norueguês está a realizar uma extensa pesquisa em espécies que poderão, em devido tempo, ser utilizadas para aumentar a produção. O cultivo de algas é uma área que parece ter um significativo potencial económico; e a rica biodiversidade marinha poderá ser usada como base para desenvolver novos produtos em diversas áreas. O governo irá, desta forma, promover o crescimento sustentável em novas indústrias oceânicas emergentes.

Aumentar o acesso ao mercado e eliminar barreiras comerciais são tarefas importantes na política externa e comercial norueguesa, sendo estas prioridades claras para o governo. As indústrias oceânicas são uma prioridade fundamental para a Noruega na Organização Mundial do Comércio (OMC), na cooperação comercial com países da UE/Espaço Económico Europeu (EEE) e em acordos de comércio livre bilateral negociados sob os auspícios da Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA). O Governo está a prosseguir uma política comercial proativa que salvaguarde os interesses da Noruega. O Ministério dos Negócios Estrangeiros, o Ministério do Comércio, a Indústria e Pescas e outros ministérios relevantes, promovem as prioridades da política comercial da Noruega no cenário internacional.

Apoiar o setor comercial norueguês no estrangeiro é uma prioridade para o Ministério dos Negócios Estrangeiros. As missões diplomáticas e consulares da Noruega atuam como favorecedores e construtores de redes. Estas têm conhecimento das condições locais e oportunidades de mercado e acesso a redes e às autoridades nos seus países anfitriões. O governo promoverá a cooperação transversal sob a Equipa Noruega (Team Norway) para promover a economia oceânica como um todo em áreas onde isto poderá reforçar a eficácia dos nossos esforços.



Figure 2.3 Lixo marinho e microplásticos nos oceanos são uma preocupação internacional crescente.

Foto: Seafood Norway.

2.3.2 Oceanos limpos e saudáveis

A criação de valor baseada no uso de recursos marinhos está dependente da manutenção do bom estado ambiental e da diversidade de habitats e espécies nos mares e oceanos. A nível internacional, o governo continuará a chamar a atenção para esta questão, desempenhando um papel ativo nos esforços para encontrar boas soluções.

O lixo marinho é um problema internacional crescente. Plásticos e outros resíduos têm impactos negativos na biodiversidade e no desenvolvimento sustentável. A Noruega participará ativamente nos esforços internacionais de combate ao lixo marinho e aos microplásticos. O governo lançará um programa de desenvolvimento com o objetivo de reduzir os resíduos marinhos e de melhorar a gestão de resíduos em países em

desenvolvimento. Descargas de químicos, petróleo, esgotos e metais pesados também representam uma ameaça para o ambiente marinho. O governo continuará a adotar uma ampla abordagem nos seus esforços para prevenir a poluição das atividades terrestres e marítimas.

As alterações climáticas estão a ter impactos negativos no ambiente marinho e estão a tornar os oceanos mais quentes e mais ácidos. Isto também representa uma ameaça para a segurança alimentar. Os níveis do mar estão a aumentar como resultado do aquecimento global e isto está a ameaçar pequenos estados insulares, países de baixa altitude e comunidades costeiras. O passo mais importante que poderemos dar para limitar os impactos negativos das alterações climáticas nos oceanos, é a redução das emissões de CO₂. A adoção do Acordo de Paris foi importante para os oceanos, assim como para os outros ecossistemas. O governo manterá o seu extenso empenho internacional na área das alterações climáticas. Em 2017, o governo concederá mais de 5 mil milhões de coroas norueguesas para medidas relacionadas com o clima através do orçamento de ajuda ao desenvolvimento. Pequenos estados insulares em desenvolvimento (SIDS - Small Island Developing States) têm extensas áreas de mar e interesses marítimos. O governo reforçará a cooperação em questões climáticas com os SIDS que são especialmente vulneráveis às alterações climáticas. As florestas “azuis”, tais como os mangues, são importantes porque absorvem e armazenam o CO₂. O governo continuará a realçar a importância das florestas azuis a nível internacional e a apoiar iniciativas de florestas azuis em países parceiros selecionados no Sul Global.

Medidas de gestão baseadas nas zonas de pesca, tais como reservar áreas marinhas protegidas, são ferramentas importantes no trabalho para promover a conservação e o uso sustentável da biodiversidade marinha. Na perspetiva do governo, é importante assegurar que o âmbito destas áreas e as medidas de gestão introduzidas são baseadas na melhor informação científica possível, estão em linha com o objetivo de proteção e podem ser combinadas com o uso sustentável das áreas. A nível internacional, o governo procurará promover a compreensão desta questão com vista a assegurar que a comunidade internacional fará o melhor uso possível dos recursos e implemente medidas específicas. Isto é também importante para os países em desenvolvimento e para os seus esforços na promoção do desenvolvimento sustentável da economia azul.



Figure 2.4 A Noruega apoia o desenvolvimento do setor das pescas no Vietname desde 1998.

Foto: Ken Opprann.

2.3.3 A economia azul em países em desenvolvimento

Muitos dos países parceiros da Noruega têm recursos marinhos substanciais e potencial considerável para desenvolverem indústrias azuis. É do interesse da Noruega que os países em desenvolvimento administrem os oceanos de forma sustentável. O governo concederá uma maior proporção do orçamento da ajuda ao desenvolvimento de competência sobre gestão sustentável integrada de recursos marinhos, segurança alimentar e desenvolvimento comercial. O programa Petróleo para o Desenvolvimento e o programa Peixe para o Desenvolvimento são ferramentas importantes nesta área.

Por vários anos, a Noruega tem fornecido assistência a diversos países africanos para lhes permitir melhor salvaguardar os seus interesses em ligação com a determinação dos limites externos das suas respetivas



Figure 2.5 *RV Dr. Fridtjof Nansen*, um dos mais avançados navios de investigação do mundo, colocado em funcionamento em 2017.

Foto: Instituto de Investigação Marinha.

plataformas continentais. O governo participará num projeto de acompanhamento nos países interessados.

O modelo da Noruega, de planos de gestão marinha integrada, interessa a muitos países em desenvolvimento. Há uma necessidade urgente de estabelecer e reforçar os regimes de gestão que promovam o potencial para o desenvolvimento comercial e o uso sustentável dos recursos marinhos. O governo intensificará os esforços para desenvolver programas transversais de mares regionais para os países em desenvolvimento, em cooperação com o PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) e a FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação).

A produção de petróleo e gás é uma importante fonte de rendimento para muitos países em desenvolvimento e, se geridos responsabilmente, a indústria de petróleo e gás poderão dar uma contribuição significativa ao

desenvolvimento económico e social. A Noruega partilha o seu conhecimento nesta área através do programa Petróleo para o Desenvolvimento. Este programa visa permitir aos países em desenvolvimento gerirem os seus recursos petrolíferos de modo a contribuírem para a redução permanente da pobreza e tendo em consideração as preocupações ambientais. O governo continuará a sua cooperação com os países parceiros no que respeita aos quatro principais componentes do programa Petróleo para o Desenvolvimento:

gestão de recursos, gestão ambiental (incluindo considerações de alterações climáticas), gestão de segurança (incluindo prontidão e resposta à poluição por petróleo e segurança operacional) e gestão financeira.

O programa Peixe para o Desenvolvimento foi lançado em 2015 para reforçar o impacto de iniciativas de ajuda relativas ao uso sustentável de recursos marinhos vivos. De acordo com o programa, a Noruega fornece apoio de reforço das capacidades às autoridades em países parceiros, assistência para o desenvolvimento de legislação eficaz e sistemas de monitorização, inspeção e aplicação. Também fornece apoio para a educação e para o desenvolvimento comercial. O governo tenciona aumentar a sua atribuição ao programa Peixe para o Desenvolvimento para satisfazer a busca de conhecimento e experiência de gestão relativos aos recursos marinhos e aos oceanos.

Há mais de 40 anos, a Noruega tem apoiado o Programa Nansen em cooperação com a FAO. O terceiro navio numa linha de navios de investigação, chamado Dr Fridtjof Nansen, foi batizado oficialmente em março de 2017 e é o navio mais avançado de investigação do mundo. Em simultâneo, foi lançada uma nova fase do Programa Nansen. O novo navio tornará possível realizar investigação marinha mais extensa e promover a gestão de pescas baseada em ecossistemas nos países em desenvolvimento. Pescas de pequena escala são o tipo mais comum de pescas e são uma fonte importante de emprego, segurança alimentar e rendimento em países em desenvolvimento. Estima-se que cerca de 90% de todas as pessoas empregadas em pescas de captura trabalhem no setor de pescas de pequena escala. Considerando a valiosa contribuição que este setor dá à segurança alimentar e à redução da pobreza, o governo continuará a fornecer apoio para as pescas de pequena escala sustentáveis.

O governo utilizará uma maior proporção da ajuda ao desenvolvimento para aumentar competências em desenvolvimento comercial nos setores marinhos e marítimos. Conhecimento sobre ecossistemas marinhos, um enquadramento legal, um regime de gestão sólido e uma segurança para investimentos privados são necessários para desenvolver um sistema de gestão de pescas responsável e eficaz.

Duas das maiores ameaças para a pesca sustentável são a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (INN) e os crimes de pesca. Em muitos países há uma necessidade urgente de se estabelecer e de se reforçar regimes de gestão que possam limitar perdas devidas a atividades ilegais. O governo intensificará os seus esforços para combater a pesca INN e manter o apoio substancial da Noruega nos esforços para combater os crimes de pesca.

**Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 14:
conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e recursos
marinhos para o desenvolvimento sustentável**

14.1

Até 2025, prevenir e reduzir significativamente a poluição marinha de todos os tipos, especialmente de atividades terrestres, incluindo detritos marinhos e poluição por nutrientes.

14.2

Até 2020, gerir de forma sustentável e proteger os ecossistemas marinhos e costeiros para evitar impactos adversos significativos, incluindo o reforço da sua resiliência e tomada de medidas para a sua restauração com o fim de assegurar oceanos saudáveis e produtivos.

14.3

Minimizar e enfrentar os impactos da acidificação dos oceanos, inclusive através da cooperação científica reforçada a todos os níveis.

14.4

Até 2020, regulamentar eficazmente a exploração e acabar com a sobrepesca, pesca ilegal não declarada e não regulamentada e práticas destrutivas de pesca e implementar planos de gestão com base científica para restaurar reservas de peixe no menor tempo possível, pelo menos a níveis que possam produzir rendimento máximo sustentável como determinado pelas suas características biológicas.

14.5

Até 2020, conservar pelo menos 10 por cento das zonas costeiras e marinhas de acordo com a legislação nacional e internacional e com base na melhor informação científica disponível.

14.6

Até 2020, proibir certas formas de subsídios à pesca que contribuam para a sobre-capacidade e sobrepesca, eliminar os subsídios que contribuam para a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada e coibir a introdução de novos subsídios equivalentes, embora reconhecendo que o tratamento especial e diferenciado adequado e eficaz para os países em desenvolvimento e menos desenvolvidos deve ser parte integrante da negociação sobre subsídios à pesca da Organização Mundial do Comércio.

14.7

Até 2030, aumentar os benefícios económicos aos Pequenos Estados Insulares em desenvolvimento e aos países menos desenvolvidos, resultante do uso sustentável de recursos marinhos, inclusive através da gestão sustentável de pescas, aquacultura e turismo.

14.A

Reforçar o conhecimento científico, desenvolver capacidades de pesquisa e transferir tecnologia marinha, tendo em conta os Critérios e Diretrizes da Comissão Oceanográfica Intergovernamental sobre a Transferência de Tecnologia Marinha, com o fim de melhorar a saúde dos oceanos e de aumentar a contribuição da biodiversidade marinha para o desenvolvimento dos países em desenvolvimento, em particular os pequenos estados insulares em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos.

14.B

Proporcionar o acesso dos pescadores artesanais de pequena escala aos recursos marinhos e mercados.

14.C

Reforçar a conservação e o uso sustentável dos oceanos e dos seus recursos pela implementação do direito internacional como considerado na UNCLOS (Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar), que fornece o enquadramento legal para a conservação e o uso sustentável dos oceanos e dos seus recursos, como referido no parágrafo 158 “*O Futuro que Queremos*”.



Publicado por:
Ministério dos Negócios Estrangeiros norueguês

Página da Internet:
www.government.no

Foto: Peter Prokosch/Grid Arendal

Impresso por: Organização de Segurança
e Serviço do Governo norueguês – 01/2018

